

Ensaio FEE, Porto Alegre, 5(2):3-14, 1984.

ENDIVIDAMENTO E PENÚRIA URBANA?*

*Pierre Salama***

Endividamento internacional e penúria nas megacidades das economias sub-desenvolvidas, semi-industrializadas: a aproximação pode surpreender. Parece estabelecido que se trata de dois fenômenos distintos. No entanto a conjuntura internacional de crise serve de catalisador e, de fato, ajuda a desvendar as ligações que existem entre endividamento e penúria.¹

A situação presente é original, pois a penúria que ameaça e o conjunto dos problemas nutricionais que a acompanham concernem às cidades. A penúria de ontem e mesmo a fome atingiam sobretudo o campo, e era costumeiro atribuir a origem aos cataclismas naturais. A análise aprofundada das origens dessas catástrofes alimentares evidenciou, no entanto, a responsabilidade das relações de propriedade e de todas as formas de apropriação e de distribuição de excedentes. Longe de serem atribuídas unicamente às catástrofes naturais, a penúria e a fome tinham origens sociais.²

A relação entre o endividamento crescente e a aparição da penúria nas cidades tornou-se atual.

O México e o Brasil sofrem uma agravação das suas situações nutricionais. O México tornou-se dependente ao nível alimentar, sobretudo depois do "boom" petrolífero. Conheceu também uma importante crise financeira em 1982. As importações de produtos alimentares diminuíram 61% entre 1981 e 1982. Esta diminuição não foi compensada por um aumento da produção agrícola, pois esta, ao contrário, diminuiu 10% nessa mesma época. Quando se sabe que o México é hodiernamente urbanizado e que, conseqüentemente, é impossível superar essa penúria por um desenvolvimento da auto-sustentência, entende-se a gravidade da situação atual. No Brasil, a trajetória da acumulação do capital durante os últimos 15 anos levou a uma crescente abertura da economia aos capitais estrangeiros e à busca de

* Tradução de Carlos Schmidt e Mary-Renée Toribio Schmidt.

** Professor da Universidade de Amiens, França.

¹ Gostaria de agradecer J-P Bertrand pelas numerosas discussões que tivemos sobre este assunto.

² A literatura relativa a esse assunto é importante. Pode-se referir o número especial da revista Tricontinental (1982).

mercados externos tanto do ponto de vista industrial quanto agrícola. É assim que, nos últimos 10 anos, a produção agrícola destinada ao mercado interno ou caiu (feijão, trigo) ou pouco aumentou (arroz), enquanto se elevava consideravelmente a produção para o mercado externo. A substituição de culturas em detrimento da satisfação das necessidades básicas devia levar a situações de penúria alimentar que não poderiam mais ser compensadas por um aumento da importação desses produtos, em razão justamente do nível de endividamento atingido.

O agravamento dessa situação de endividamento tende a intensificar a condição de penúria. A adoção de uma política de austeridade e a busca de excedentes agrícolas sempre maiores acentuam os efeitos dos mecanismos enunciados. A situação agrava-se e afeta uma fração cada vez maior da população. A penúria alimentar é então intensificada pelas conseqüências do nível de endividamento.³

Existe hoje uma relação de causalidade entre, de um lado, o endividamento e, de outro, a reprodução da força de trabalho. O nível atingido por esse endividamento suscita políticas econômicas que agudizam essa dificuldade.

Assim, num primeiro momento, apontaremos os mecanismos de endividamento e, num segundo, os ligaremos à aparição de uma nova ameaça: a penúria urbana.

I

O endividamento internacional que conhecem as principais economias latino-americanas parece ter atingido um limiar dificilmente transponível.⁴ A hora é das moratórias provisórias do principal — os novos empréstimos servindo sobretudo para financiar o pagamento dos juros —, de uma reforma do sistema financeiro internacional, de políticas nacionais de drástica austeridade.

A estrutura da dívida modificou-se sensivelmente. A parte dos empréstimos de taxas variáveis cresceu fortemente, o nível destas taxas subiu, como se sabe. A composição da dívida alterou-se igualmente. Na medida em que o serviço da dívida se torna pesado, mais a razão serviço sobre exportação se aproxima de 1, mais dificuldades se têm para encontrar dinheiro, e este dinheiro é mais caro e com menor prazo. A gestão da dívida leva então a fazer empréstimos a curto prazo cada vez mais, na impossibilidade de poder fazê-lo a médio ou longo prazo. Por isso, a

³ Assim, o México voltou a possuir pequenos excedentes de produtos agrícolas em 1982. O saldo da balança comercial dos produtos agrícolas passou de -762 milhões de dólares em 1981 para 190 em 1982.

⁴ A literatura relativa a este assunto tornou-se igualmente importante. Podemos citar o estudo da OCDE de 1982, *Endettement extérieur des pays en développement*; os relatórios RAMSES 82 do IFRI, o do CEP 11, *Internationalisation des banques et des groupes financiers* e do CNRS; os boletins do FMI; os relatórios de bancos, notadamente do Morgan Bank; e, evidentemente, os estudos cada vez mais freqüentes que aparecem nos *The Economist*, *Business Week*, *Financial Times*.

medida exata da dívida é difícil, pois os movimentos de capitais a curto prazo são por natureza difíceis de registrar.⁵ As modificações da estrutura e da composição da dívida, o aumento das taxas de juros e o aumento do dólar levam a uma autonomização crescente da dívida. A dívida torna-se pesada pelo seu próprio jogo. Ela tende a autonomizar-se em relação ao contexto que a criou. Mas atinge um nível mais crítico quando o contexto internacional se apresenta desfavorável. A diminuição das rendas dos países da OPEP e a crise mundial tornam o quociente da liquidez internacional sobre endividamento do Terceiro Mundo desfavorável a estes países e acentuam as dificuldades em encontrar novos recursos. O limiar atingido pelo endividamento do Terceiro Mundo é crítico em dois níveis: a autonomização da dívida em relação à estrutura produtiva e seu tamanho; e a fragilização da situação dos bancos internacionais neste contexto de crise mundial. É essa autonomização crescente da dívida e seu tamanho que tornam as políticas de austeridade menos eficientes e que levam os governos a concebê-las tão mais drásticas.

Seria errado localizar a origem das dívidas numa política de oferta de créditos por parte dos bancos internacionais, numa época onde a cotação do dólar era baixa e a liquidez internacional abundante. O endividamento internacional resulta do padrão de acumulação dominante nesses países.⁶ O seu desenvolvimento e a sua crescente autonomização dão-se em seguida pela política agressiva dos bancos para colocar empréstimos. Noutras palavras, o endividamento não proveio de uma dependência financeira. Esta só permitiu que ele se desenvolvesse e se autonomizasse. É isso que vamos ver.

O endividamento internacional origina-se tanto nos modelos de acumulação ditos excludentes como nos modelos ditos “petrolíferos”.

Podem-se distinguir dois tipos de modelos de acumulação: um baseia-se no crescimento da produção de bens duráveis e de bens de equipamento que estão a eles ligados, o outro caracteriza-se por uma tentativa monetarista de reinserir a economia desses países na divisão internacional do trabalho conforme o modelo do pacto colonial. Esses dois modelos são chamados **excludentes** porque o seu dinamismo se funda na sua capacidade de excluir a maioria da população dos frutos do crescimento. Mais precisamente, o primeiro modelo de acumulação aposta na possível compatibilidade entre a arrancada da produção de bens duráveis — considerados de luxo por causa do contexto — e o desenvolvimento das camadas ditas médias. A parte crescente destas camadas na repartição pessoal da renda tem por pré-condição um sensível aumento da taxa de exploração dos operários. Esta tem por prévia, muitas vezes (Brasil, Argentina desde o fim dos anos 60), mas nem sempre (México), uma queda dos salários reais. Esse aumento permite reduzir os custos devidos à insufi-

⁵ As estimativas feitas pelo *The Economist* (1982) da importância da dívida dos países latino-americanos e da parte ocupada pelos empréstimos a curto prazo são bastante diferentes das da OCDE.

⁶ Para uma posição diferente, ver Quijano (1983).

ciente dimensão do mercado no setor dos bens duráveis e de capital. Mas esse aumento permite financiar trabalhadores improdutivos. Essa transferência de mais-valia aumenta a procura de bens duráveis e, assim, de maneira induzida, a procura de bens de equipamento. De fato, se o salário do operário é insuficiente demais para dar-lhe acesso a toda uma gama de bens duráveis, o aumento da taxa de exploração permite pagar salários suficientemente elevados para outras camadas da população, numericamente menos importantes que ela, que podem ter acesso ao mercado de bens duráveis. Reduzir à metade o salário dos operários diminui os custos, alarga o mercado, rentabiliza um setor e tem efeitos colaterais. O milagre econômico assenta-se na capacidade de concentrar suficientemente as rendas, fazendo aparecer de maneira significativa uma "terceira procura" dinâmica, oriunda das camadas ditas médias.

Esse modelo de acumulação excludente baseia-se numa lógica de inserção na economia mundial. Os sobrecustos provinham da obrigação de utilizar tecnologias produzidas no centro, correspondendo aos problemas deste centro. A utilização dessas tecnologias inadaptadas diminuía as taxas de lucros, mas menos do que se não fossem utilizadas (Furtado, 1967; Salama, 1972). O alargamento do mercado para as categorias de bens que mais sofrem os defeitos do dimensionamento diminui de fato os sobrecustos e rentabiliza de novo a produção desses bens. Mas entende-se facilmente que possam existir limites. É assim que, para o Brasil, no início dos anos 70, o "boom" na produção de bens de equipamento devia provocar um aumento ainda mais importante nas importações destes bens. Da mesma maneira, o aumento do setor dos bens duráveis e dos bens de equipamento a ele ligados provoca uma modificação do modelo de acumulação, suscitando a necessidade de desenvolver o setor de produtos intermediários, o que conduz a importações maciças. Acrescentando-se que as camadas médias têm uma propensão a consumir bens duráveis não produzidos localmente e que, conseqüentemente, o seu consumo pesa na balança comercial (Furtado, 1982), entende-se que esse modelo de acumulação, e sua superação no sentido dos produtos intermediários, tenha sido devorador de divisas. Esse aspecto torna-se tão importante que a penetração e o desenvolvimento das firmas multinacionais não necessitam de entradas consideráveis de divisas.

A esses aspectos estruturais, ligados ao regime de acumulação vigente, acrescenta-se a política econômica a curto prazo do governo. Com uma taxa de poupança insuficiente e com grandes possibilidades de tomar emprestado no Exterior, os governos vão adotar políticas para elevar as taxas internas de juros, incentivando as empresas a tomarem emprestado mais barato no Exterior. O crescente endividamento das empresas com divisas servirá então para financiar a dívida nacional. O afluxo de divisas permitirá pagar em parte o principal e os juros da dívida do país. Esse expediente a curto prazo, permitido pelo estado de sobrelíquidez que havia na economia mundial nessa época, vai engrossar consideravelmente a dívida nacional e a das empresas.

O erro feito pela maioria dos comentaristas, nós incluídos, foi o de considerar que o crescente endividamento ligado a esse tipo de padrão de acumulação não poderia desenvolver-se acima de um certo limiar, bem além daquele atingido atualmen-

te, subestimando, assim, a influência que iria ter o supercrescimento da liquidez internacional. Mas, no entanto, não se pode deduzir dessa subestimação a influência preponderante do padrão de acumulação sobre o endividamento. A situação financeira internacional permitiu que se desenvolvesse tal endividamento bem além dos limites definidos pela capacidade de reembolso. A partir daí, a dívida começa a se autonomizar do sistema produtivo e do regime de acumulação que a caracteriza.

O segundo modelo de acumulação excludente é atualmente mais conhecido. As recentes experiências chilenas e argentinas foram bastante analisadas, nestes últimos tempos, a partir do seu fracasso. O crescente endividamento deve-se, nesse caso, menos ao regime de acumulação que à política econômica, aparentemente modernista (Arnaud, 1982; Davis, 1982; Canitrot, 1982), adotada. A sistemática política de revalorização da moeda local em relação ao dólar encareceu as exportações e tornou mais competitivas as importações. A liberdade do câmbio conduziu as empresas a fazerem empréstimos e comprarem valores estrangeiros. Mas o enfraquecimento das margens de lucro devia aumentar as dificuldades econômicas das empresas, e uma política de taxa de juro real negativa só atenuaria suas dificuldades durante algum tempo, conduzindo algumas delas a um excessivo endividamento. A degradação da situação econômica devia levar a uma desconfiança em relação a moeda supervalorizada, a uma fuga de capitais e à desvalorizações cada vez mais frequentes. O crescente endividamento, numa época onde existia efetivamente um excedente de liquidez internacional, onde a cotação do dólar era baixa, é, mesmo neste caso, correlato a uma política econômica específica visando a instalar uma estrutura produtiva e um regime de acumulação compatíveis com as concepções que os ditadores e os seus "chicagos boys" tinham do lugar de seu país na divisão internacional do trabalho e do tipo de inserção na economia mundial que devia prevalecer.

O modelo "petrolífero" é igualmente conhecido (Sid Ammed, 1982). Baseia-se numa industrialização montante. Partindo das matérias-primas, o país procura produzir bens mais elaborados e, assim, "subir a rampa". Quando o petróleo é a matéria-prima, essa estratégia é bastante custosa em divisas. Diferentemente de outras matérias-primas⁷, o petróleo e seu tratamento necessitam da utilização de equipamentos intensivos e muito caros. A instalação da petroquímica suscita pouco ou nenhum efeito colateral e não constitui um mercado para o país. Essa instalação implica importações. A dimensão requerida é tal que o estabelecimento de fábricas petroquímicas leva à saída de divisas muito maiores do que aquelas que ela recebe de imediato. Acontece um processo igual àquele observado durante a fase final da substituição das importações. A demanda derivada de importações ultrapassa o valor agregado que se procura produzir localmente. A estrutura das importações torna-se rígida. A continuação dessa estratégia pede uma inchaço das importações

⁷ A exploração de Carajás Ferro deveria conduzir a uma utilização equivalente a 75% em valor de bens de equipamento produzidos localmente. Um projeto industrial desse tipo não tem então as mesmas conseqüências do que um projeto do tipo petroquímico.

que só pode ser obtida através de um endividamento. A única diferença com o processo aqui descrito é que ele é mais maciço, devido às tecnologias caras utilizadas, e mais rápido. Os casos da Venezuela, do México, da Nigéria, da Argélia, etc. estão aqui para provar. O endividamento do México em 1976, que resultava da implantação de um modelo de acumulação excludente baseado na terceira demanda, longe de ser aliviado pelo “maná petrolífero”, cresceu fortemente. E, sem ir aos extremos nigerianos ou argelinos, a “petrolização” da economia conduziu a uma baixa da produtividade do trabalho e deixou menos competitiva a produção de manufaturados no momento em que era preciso que ela fosse maior (Romo, 1982). Se ela não conduziu a uma desertificação do campo e à considerável diminuição da produção agrícola, não está certamente sem ligação com o desenvolvimento da dependência alimentar que esse país conheceu no fim dos anos 70.

O endividamento de vários países subdesenvolvidos semi-industrializados não resulta unicamente da vontade deliberada dos bancos internacionais em colocar os seus excedentes de liquidez. Esse endividamento é estreitamente ligado aos padrões de acumulação postos em prática e às políticas econômicas seguidas pelos governos. Tal endividamento é um dos resultados desses padrões de acumulação excludentes. Ele não é o produto da agressão de uma nação (do centro) sobre uma outra (da periferia) através dos bancos internacionais, como gostariam de fazer crer as “novas” análises sobre a dependência financeira. O endividamento, por estar ligado — pelos mecanismos que nós analisamos — aos regimes de acumulação, reflete as contradições sociais que permitiram sua prática e até seu desenvolvimento. Mas o endividamento começou bem rapidamente a se autonomizar do regime de acumulação que lhe provocou o aparecimento. O aspecto potencialmente cumulativo do endividamento só pode realizar-se porque os bancos internacionais procuravam a colocação dos excedentes. Estes excedentes tinham uma dupla origem: eles resultavam, de um lado, do sobrecrecimento brutal da liquidez dos países da OPEP e, de outro, das dificuldades de colocar os capitais, no mesmo ritmo que antigamente, nos países do centro dado o desenvolvimento da crise. Houve uma conjugação de interesses entre a política de oferta dos bancos internacionais e a dos governos que puderam, assim, atrasar o pagamento de sua dívida deixando-a crescer desmesuradamente, engajar-se em políticas industriais do tipo petroquímico ou, finalmente, ter uma política monetarista do tipo que descrevemos. Assim sendo, a dívida autonomizou-se cada vez mais do sistema produtivo. Ela adquiriu uma dimensão tal em relação ao PIB e à capacidade de exportação que se auto-alimenta, tendendo a se desconectar do sistema produtivo. A capacidade de exportação não é mais suficiente para financiar as importações e o serviço da dívida que propende a absorver a quase totalidade da capacidade de exportação. As importações aumentam ou são insuficientemente reduzidas devido às facilidades de financiamentos internacionais. Os prazos são postergados, e as contradições financeiras dos padrões de acumulação são superadas provisória e financeiramente. A dívida sobrevive pelo endividamento. Ela se autonomiza cada vez mais e reflete cada vez menos o tipo de industrialização escolhido. É por isso que pudemos assistir a desindustrialização acompanhada de um inchamento da dívida em certos países, fenômenos precursores do que provavelmente acontecerá,

num futuro próximo, com a crise da economia baseada no endividamento internacional e no advento de políticas de austeridade.

O nível atingido pelo endividamento conduz a uma série de conseqüências que, pela sua amplitude, lhe dá um aspecto novo. A especulação sobre as moedas é tal que os seus cursos são subavaliados. A pressão financeira é tão forte que as importações se tornam muito custosas e as exportações, baratas. No contexto recessivo internacional, as elasticidades da demanda em relação ao preço são tais que não se pode esperar que esses países se beneficiem de maneira significativa dessa baixa dos preços de exportação, ainda que seja possível que alguns dentre deles possam ter um saldo comercial positivo, suscetível de facilitar alguns reembolsos e sobretudo controlar novos empréstimos. A subvalorização da moeda tem outras duas conseqüências. O endividamento em divisas contratado pelas empresas se torna tão mais elevado em moeda local quanto mais ela é desvalorizada. A necessidade de reembolsar em divisas aumenta consideravelmente os encargos dessas empresas, o que as conduz a políticas de reestruturação e de dispensa de pessoal. A avaliação dos ativos das empresas em divisas é mais fraca na medida em que as moedas são desvalorizadas. As fábricas podem também ser adquiridas por estrangeiros a preços insignificantes, o que conduziria a uma rápida desnacionalização da economia.

A amplitude atingida pela dívida e por seu serviço conduz à aplicação de políticas de austeridade. A autonomização cada vez mais acentuada da dívida em relação ao sistema produtivo reduz a eficácia das medidas de austeridade.⁸ É por isso que essas políticas são tão drásticas. Os governos procuram compensar a perda da eficácia relativa por um efeito de massa.

As conseqüências são importantes. Muitos projetos industriais foram bloqueados. A elevação do custo das importações impossibilitou a utilização de certos insumos do Exterior. O estreitamento do mercado interno atinge a rentabilidade das empresas, tornando-as presas fáceis para o capital estrangeiro. A diminuição do crédito e a redução das despesas públicas traduzem-se por uma perda do poder aquisitivo. Esta perda anuncia outras que seguirão a dos trabalhadores do setor privado. A brutalidade das políticas de austeridade é tal que a população sobre a qual incide a perda do poder de compra se amplia. À diferença das políticas de austeridade anteriores, as camadas médias são atingidas.

A redução de poder de compra dos operários não tem as mesmas conseqüências que a das camadas médias. Para os primeiros, ela coloca e acentua os problemas nutricionais. A informatização acelerada, desta vez devido à crise, desenvolve-os. Para os segundos (as camadas médias), ela conduz apenas a uma substituição no consumo de produtos. É a aparição da ameaça de uma penúria urbana que pasaremos a analisar.

⁸ Um aumento de 1% da "libor" representa um aumento de pagamento de juros líquidos de US\$ 455 milhões para o Brasil e de US\$ 593 milhões para o México. Isso dá a dimensão da dificuldade de obter saldos comerciais positivos no volume dessas somas e do que elas representam.

II

A relação endividamento internacional/ameaça de penúria urbana parece ser o produto das políticas de austeridade adotadas. De fato, a relação é mais complexa. Seria errado crer que a arrancada da industrialização provoca necessariamente uma baixa da produção agrícola e uma dependência alimentar crescente. Em certos casos, notadamente nos países subdesenvolvidos “menos adiantados”, é verdade que a modalidade de inserção na divisão internacional do trabalho e a difusão das relações mercantis parecem acompanhadas de uma regressão da produção alimentar em proveito de culturas para exportação (Grellet, 1983). Mas os fatos são mais complexos ao serem analisados que a simples distinção produção alimentar-produção comercial poderia fazer pensar. Numerosos produtos são, ao mesmo tempo, alimentares e comerciais. A mandioca é considerada uma cultura alimentar no Brasil e uma cultura de exportação na Tailândia. A soja, cultura de exportação por excelência no Brasil, na China, pode ser considerada como uma cultura alimentar (óleo) e intervir indiretamente na reprodução da força de trabalho. Da soja tira-se o farelo que serve para alimentação do gado que, por sua vez, serve para alimentação dos indivíduos. Vemos, portanto, que a questão é mais complexa do que a distinção produtos alimentares e não alimentares pode sugerir. De fato, quase todos os produtos agrícolas podem ser distribuídos entre produção (direta) para o consumo humano e para o consumo não humano (consumo de animais e de plantio). Alguns produtos que não servem para reprodução da força de trabalho são, no entanto, direta ou indiretamente alimentares. A questão central não é então: **o desenvolvimento das culturas de exportação dá-se em detrimento das culturas alimentares?**⁹ mas, sobretudo, **o desenvolvimento das culturas comerciais se dará em detrimento da satisfação das necessidades e da reprodução local dos indivíduos?**

Mais precisamente, a questão central é: **o tipo de inserção na economia mundial favorece ou não a satisfação das necessidades internas e imediatas de produtos alimentares?**, a resposta a um endividamento devido essencialmente ao funcionamento de um modelo de acumulação cada vez mais excludente, baseado sobre uma substituição de culturas privilegiando a exportação em detrimento dos produtos consumidos pelos “excluídos”, pelos “esquecidos”, **não acentua a dependência alimentar?**. A resposta a esta última questão é infelizmente positiva. Os que menos aproveitaram, quiçá sofreram com os famosos milagres econômicos, são os primeiros a pagar o alto preço de sua conta. Os efeitos imediatos, de um lado, dessa penúria alimentar provocada e, de outro, da redução do poder de compra dos “excluídos”, cada vez mais numerosos, levam-nos a pensar que os problemas da penúria urbana que aparecem hoje cada vez mais maciçamente se constituem apenas na amostra do que poderá acontecer num futuro próximo. No entanto é necessário não cair numa análise catastrófica. A produção agrícola pode aumentar, seja ela destina-

⁹ Ver, por exemplo, Fundação Getúlio Vargas (1983).

da ou não ao mercado interno. No quadro de uma política de austeridade, o aumento da produção agrícola destinada ao mercado interno é tornada difícil pelas reduções massivas de créditos devidas a esta política.

De uma maneira geral, o aumento da produção agrícola depende de uma série de fatores:

- uma política de preços internos suficientemente elevados para estimular a produção no momento que as flutuações dos cursos internacionais dos principais produtos se tornam desfavoráveis (Chalmain, 1983);
- a possibilidade de modificar a fronteira agrícola e acrescentar, assim, milhares de hectares agricultáveis àqueles já existentes;
- a possibilidade de utilizar crescentemente os fertilizantes e a mecanização;
- uma política de crédito mais flexível para a agricultura.

Mais precisamente, a possibilidade de aumentar a produção agrícola depende da capacidade de modificar profundamente as estruturas agrárias que claramente evoluíram num período de 20 anos, produzindo, assim, fluxos migratórios do campo para a cidade. Sua evolução futura depende da capacidade de resistência dos camponeses expropriados, do grau de concordância do trabalho assalariado temporário e das possibilidades de desenvolver as migrações sazonais inter-regionais. O ritmo em que esse aumento se realiza é muito importante. Há 30 anos, a taxa de urbanização situava-se em aproximadamente 30%, hoje é de cerca de 70%. A população tornou-se majoritariamente urbana. Isso tem muitas conseqüências: o autoconsumo baixa fortemente, a reprodução da força de trabalho passa em sua maior parte pelo mercado, enfim, a produção agrícola é feita antes de tudo para ser vendida, ao inverso do que acontecia antigamente, quando só o excedente servia para alimentar as cidades.

Paralelamente, as transformações das estruturas agrárias têm como conseqüência um êxodo rural cada vez mais importante, como os dados citados atestam. O ritmo de aumento da produção agrícola, produto por produto, deve ser suficientemente elevado para responder à rápida taxa de crescimento das cidades, sem o que a dependência alimentar se desenvolve. Assim, as possibilidades de penúria e, de uma forma mais geral, de má nutrição para uma fração crescente da população dependem do diferencial das duas velocidades e da capacidade de desenvolver a independência alimentar.

No contexto geral da mutação agrária, as políticas econômicas favorecedoras da exportação e as políticas de austeridade acentuam os aspectos negativos que acabamos de descrever. A procura de uma balança comercial superavitária em produtos agrícolas conduz a privilegiar os mercados externos em detrimento do mercado interno. A reorientação faz-se, antes de tudo, reduzindo o consumo de produtos agrícolas, o que, para a maioria da população, se torna dramático, em seguida, estimulando a produção agrícola para o Exterior. Esse crescimento acentua a migração, e as populações camponesas deslocadas, com freqüência pelo desenvolvimento da fome no campo e na esperança de uma melhora da situação nas cidades, encontram miséria e fome acrescidas.

A produção agrícola destinada ao mercado interno aumenta um pouco, quan-

do não declina.¹⁰ Os créditos destinados a essa agricultura se reduzem em razão da política de austeridade adotada e da escolha feita em favor das culturas de exportação. Os preços dos produtos agrícolas crescem mais rápido que o nível geral de preços, traduzindo assim o estado de penúria crescente. Essa alta de preços amputa um poder de compra sensivelmente afetado pela política de austeridade (política salarial, desemprego). Essa situação se traduz pelo desenvolvimento da penúria urbana; esta conduz a um crescimento considerável das atividades de sobrevivência e, portanto, a um desenvolvimento do setor informal que se localiza cada vez mais no comércio paralelo (camelôs). Ela conduz também, e cada vez mais freqüentemente, a um desenvolvimento da delinqüência, do desespero: pilhagem coletiva aos supermercados quase cotidianamente, insegurança crescente nas grandes cidades.

Compreende-se agora a importância da relação padrão de acumulação/endividamento. Ela permite colocar em relevo a responsabilidade daqueles que hoje se fazem arautos de uma política de austeridade tão mais rigorosa quanto mais já perdeu sua eficácia. A autonomização crescente da dívida conduz a paliativos provisórios (moratória momentânea do principal, reescalonamento da dívida) e provoca política de austeridade com duplo objetivo: comprimir a demanda interior e provocar um saldo comercial positivo; e dar garantias ao FMI e aos bancos internacionais, com o objetivo de obter novos empréstimos. O primeiro objetivo tem consequências dramáticas sobre a má nutrição, e sua aplicação torna possível a penúria urbana sem recurso. Por outro lado, a possibilidade de obter um saldo comercial

¹⁰ Para o Brasil, os cálculos feitos por Fernando Homem de Mello sobre o destino da produção agrícola são significativos.

(%)

MERCADO INTERNO

EXPORTAÇÕES

| | 1960-69 | 1970-79 | | 1960-69 | 1970-79 |
|----------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Arroz | 3,2 | (1)1,5 | Soja | 16,3 | 22,5 |
| Feijão | 5,4 | -1,9 | Açúcar | 3,6 | 6,3 |
| Milho | 4,7 | 1,7 | Cacau | 2,5 | 3,7 |
| Batata | 4,3 | 2,7 | Café | -7,1 | -1,5 |
| Mandioca | 6 | -2,1 | Laranja | 6 | 12,6 |

(1) Taxa abaixo do crescimento demográfico.

De 1979 a 1983, essas tendências se acentuaram. A cana-de-açúcar e a soja tiveram sua importância aumentada em detrimento do mercado interno. Ver a este respeito o dossiê estabelecido pela Folha de São Paulo, de 28.08.83, e pela revista Isto É, de 14.09.83. Podem ser lidos igualmente, com grande interesse, dois relatórios da FASE: "Pesquisa sobre mudança nos padrões de consumo e de abastecimento de camadas de baixa renda: o caso dos assalariados" julho de 1982 e maio 1983, Finep-INAN-FASE, Rio de Janeiro e no nº 9 (1982) da revista CIDE, publicada no México.

positivo é atingida pela crise internacional, no momento em que este saldo é muito importante para barrar o processo cumulativo de endividamento e invertê-lo. O segundo objetivo tem por consequência uma perda importante de autonomia relativa dos governos desses países "vis-à-vis" aos países do centro na definição de sua política econômica. Diferentemente do que se passou nos anos 30, a crise da economia mundial não parece constituir um terreno privilegiado para o desenvolvimento do nacionalismo dos governos devido ao endividamento internacional crescente desses países e ao tipo de submissão que essa situação conduz. As consequências dramáticas sobre o nível de vida dos trabalhadores da cidade e do campo, as mutações industriais e a desindustrialização, com suas consequências sobre o emprego, constituem fatores que podem-se opor a essa reinserção — submissão selvagem na divisão internacional do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ARNAUD, P. (1982). Ambiguïtés théoriques et incohérences politiques: le monétarisme appliqué à des économies semi-industrialisés. **Critique de Economie Politique**, Paris, Mâspero, n. 18.
- 2 — CANITROT, A. (1982). Ordre social et monétarisme en Argentine. **Problèmes d'Amérique Latine (PAL)**, Aubervilliers, La Doc. Française, n. 66.
- 3 — CHALMAIN, P. H. (1983). Crises, manoeuvres et conflits sur les marchés des matières premières. **Le Monde Diplomatique** /s.l., s.ed./mai.
- 4 — DAVIS, R. French (1982). L'essai de politique monétariste au Chili. **Problèmes d'Amérique Latine (PAL)**, Aubervilliers, La Doc. Française, n. 66.
- 5 — THE ECONOMIST (1982). London, The Economist Newspaper, v. 285, n. 7267, dec.
- 6 — FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (1983). **Balanço e disponibilidade interna de gêneros alimentícios de origem vegetal 1975-1980**. Rio de Janeiro.
- 7 — FURTADO, C. (1982). La dette extérieure brésilienne. **Problèmes d'Amérique Latine (PAL)**, Aubervilliers, La Doc. Française, n. 66.
- 8 — FURTADO, C. (1967). **Développement et sous-développement**. /s.l./ PUF.
- 9 — GRELLET, G. (1983). **La crise des PMA africaines francophones**. /s.l./ Ministère des Relations Extérieures, Direction des Politiques du Développement.

- 10 – QUIJANO, José Manuel (1983). **La banca: pasado y presente.** México, CIDE. (Ensayos del CIDE).
- 11 – ROMO, H. Guillen (1982). **Crise, endeltement et inflation en Amérique Latine.** /s.l./ Univ. d'Amiens. (Thèse Complementary) (mimeo).
- 12 – SALAMA, P. (1972). **Un procès du sous-développement: le cas de l'Amérique Latine.** Paris, Máspero.
- 13 – SID AMMED, A. (1982). **Développement sans croissance, l'expérience des économies pétrolières du tiers monde.** /s.l./ PubliSud.
- 14 – TRICONTINENTAL (1982). **Fome e penúria no mundo e as idéias recebidas.** Paris, Máspero, PCM.